

INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 07, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre procedimentos contábeis para o registro dos passivos líquidos e certos, decorrentes de transações pendentes de execução orçamentária.

O SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA E CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), e

considerando o disposto no inciso XXVII do art. 2º da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), que inclui, entre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, a normatização e padronização, e ou revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

considerando o disposto nos itens 5.14 a 5.26 da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) Estrutura Conceitual, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC -, em 23 de setembro de 2016;

considerando os Procedimentos Contábeis Patrimoniais estabelecidos na Parte II do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria nº 700, de 10 de dezembro de 2014, do Secretário do Tesouro Nacional, em especial os contidos no tópico 2.3.2 Reconhecimento do Passivo;

considerando os prazos-limite estabelecidos no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, do Secretário do Tesouro Nacional; e

considerando o disposto no art. 1º do [Decreto Estadual nº 48.344, de 6 de setembro de 2011](#), que determina aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta da Administração Pública do Estado a adoção dos critérios e procedimentos contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo CFC, e no MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional;

EXPEDE a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º -Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos contábeis a serem adotados no âmbito do Setor Governamental do Estado, a partir do exercício de 2016, relativos ao registro dos passivos líquidos e certos, decorrentes de transações pendentes de execução orçamentária, à exceção daqueles originados de benefícios a empregados.

Parágrafo único -São considerados passivos líquidos e certos as contrapartidas financeiras devidas por conta do recebimento de bens e/ou serviços prestados, bem como aquelas em que houver credor, valor e prazo de pagamento definidos, com ou sem contrato formal.

Art. 2º -Os passivos líquidos e certos, decorrentes de transações pendentes de execução orçamentária, devem ser contabilmente registrados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam.

Parágrafo único -Os passivos líquidos e certos, originados em exercícios anteriores, poderão ser registrados até a data de encerramento do exercício de 2016.

Art. 3º -Por ocasião do encerramento do exercício, os Órgãos que constituem a Administração Direta do Estado deverão apresentar às respectivas Seccionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE - informações detalhadas acerca dos passivos referidos no art. 2º, com vistas ao devido registro e evidenciação contábil.

Art. 4º -Por ocasião do encerramento do exercício, as Unidades de Administração e/ou Finanças das Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Estado deverão apresentar às respectivas Unidades de Contabilidade informações detalhadas acerca dos passivos referidos no art. 2º, com vistas ao devido registro e evidenciação contábil.

Parágrafo único -Até o final do mês de janeiro do exercício seguinte, as entidades referidas no caput deverão remeter à CAGE informações detalhadas acerca dos passivos que foram reconhecidos com base no disposto no art. 2º.

Art. 5º -A CAGE disponibilizará um guia de orientações e lançamentos contábeis para o registro das operações mencionadas nesta Instrução Normativa, constante no Manual de Procedimentos Contábeis - CAGE, disponível em endereço eletrônico.

Art. 6º -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DOE de 28/12/2016

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,
Subsecretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado.